

## COP-15 - III

# Os resultados decepcionam

O PROCESSO em Copenhague foi conturbado. Nem mesmo a estratégia de dar novo fôlego ao time de negociadores, por meio da troca do presidente da cúpula, com a saída de Connie Hedegaard, ministra da Energia e do Meio Ambiente, e a entrada de Lars Løkke Rasmussen, primeiro-ministro dinamarquês, mudou a apatia do ambiente.

A decepção foi geral com o texto da declaração de intenções, depois de dois anos de preparação e duas semanas de encontro. Sem valor legal, porque precisava de aprovação geral, como manda o regulamento da ONU, o documento é composto por 12 parágrafos. Não tem as metas de cortes nas emissões de gases de efeito estufa (GEE) e apresenta algumas cifras, mas não explica como o dinheiro será captado e administrado.

Então, sem efeito vinculante, o texto:

- Admite ser bom evitar uma alta da temperatura em 2 graus Celsius (°C) neste século;
- Decide debater daqui a cinco anos se é melhor deixar escrito o impedimento de uma alta de 1,5°C.
- Coloca como “detalhe” da redução das emissões a médio prazo (2020), o limite de 31 de janeiro deste mês.
- Solicita a prestação de “informações nacionais” para mostrar como cada país está combatendo o aquecimento global.
- Deixa de mencionar objetivos de longo prazo (2025).
- Prevê financiamento de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (Redd). Isso significa que deixar as florestas em

pé poderá receber contrapartida em dinheiro

Para quem tem os olhos voltados para a continuidade do Protocolo de Quioto depois de 2012, a conclusão é pessimista, porque o tempo ficou bem mais curto. Os avanços ficaram aquém dos necessários. A expectativa era construir em 2009 um acordo com a sinalização de um plano concreto para a redução das emissões.

Existem diversos pontos a serem considerados. Sem a definição central a respeito de quem paga e foi o responsável histórico pelas emissões, o acordo não tem a ambição necessária para promover mudanças significativas. Outra questão é alterar o modelo econômico e o padrão de consumo.

Os dois principais países emissores ofereceram resistências. A China não aceita estabelecer as metas de emissões e ser submetida a monitoramento em nome da segurança nacional. Outros países pegaram o gancho nesse argumento e a discussão empacou. Com seu ritmo de

crescimento, as suas emissões os chineses devem aumentar, e não reduzir as emissões. Em relação aos Estados Unidos, o presidente Obama precisa ganhar tempo e conquistar a adesão do Congresso, para fazer qualquer retoque na lei ambiental. O presidente Clinton, no começo da década, foi agressivo, mas não ganhou a batalha. O resultado foi a não adesão dos americanos ao Protocolo de Quioto.

O depoimento dos líderes mostra que prevaleceu a sensação de decepção. O suposto acordo, apesar de efeito imediato, não tem força de lei. A Venezuela, Cuba, a Bolívia, o Sudão e Tuvalu ficaram fora do acordo. Sem meta de redução, cada país apresentará a sua proposta voluntária e não terá acompanhamento da fiscalização.

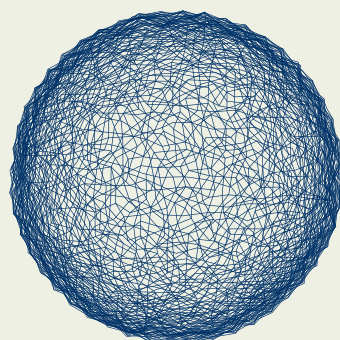
A respeito da participação do Brasil, a mudança de negociadores desagradou aos ambientalistas, sendo a participação do presidente Lula o grande diferencial, com depoimentos de alta repercussão internacional. ■



## ACORDO DE COPENHAGE

Os líderes de Estados, governos, ministérios e delegações presentes na Conferência das Nações Unidas de Mudanças Climáticas de 2009, em Copenhague, de acordo com os objetivos e princípios previstos pela Convenção, para a sua operação imediata, concordam que:

1. A mudança climática é um dos grandes desafios deste tempo. Políticas fortes devem ser urgentemente aplicadas para combatê-la de acordo com princípio de responsabilidades comuns, mas diferenciadas. Para estabilizar a concentração de GEE na atmosfera de modo a prevenir o perigo de interferência no sistema climático, reconhecemos a visão científica de um incremento global inferior a 2°C, por meio da aplicação de um programa de medidas com suporte internacional. Reconhecemos o crítico impacto da mudança climática e os potenciais impactos de medidas responsáveis, particularmente em países vulneráveis, para estabelecer programas de adaptação com suporte internacional
2. Profundos cortes nas emissões globais são necessárias - de acordo com a ciência e o 4º Relatório do IPCC - para manter o aumento da temperatura abaixo de 2° C e levar a ações com objetivos consistentes em termos científicos. O estabelecimento de picos de emissões nacionais e globais o mais rapidamente possível, tendo em vista que o desenvolvimento econômico e social e a erradicação da pobreza são prioridades básicas para o desenvolvimento dos países. A estratégia de baixa emissão é indispensável para o desenvolvimento sustentável.
3. Ações e cooperações internacionais devem ser aplicadas com o objetivo de reduzir a vulnerabilidade e construir a resiliência no desenvolvimento dos países, em especial os países poucos desenvolvidos, as pequenas ilhas-Estado e a África. Os países desenvolvidos providenciarão recursos financeiros e tecnológicos.
4. O compromisso dos países do Anexo 1 será estabelecer, individualmente e em conjunto, as metas de emissões para 2020 até 31 de janeiro de 2010. As reduções e o financiamento dos países desenvolvidos serão mensuráveis, reportáveis e verificáveis, de acordo com o guia da COP, para assegurar que são rigorosas, robustas e transparentes.
5. Os países fora do Anexo 1 realizarão ações de mitigação. Países poucos desenvolvidos e ilhas-Estado poderão apresentar ações voluntárias, com relatórios dos inventários nacionais. Todas elas estarão devem ser mensuráveis,



COP15  
COPENHAGEN  
UNITED NATIONS CLIMATE CHANGE CONFERENCE 2009

reportáveis e verificáveis, de acordo com o guia da COP.

6. Diante do papel importante do controle do desmatamento e da degradação para reduzir a emissões de GEE, aprova o imediato estabelecimento de mecanismos, inclusive Redd +, para mobilizar recursos financeiros dos países desenvolvidos.
7. Serão perseguidas oportunidades para usar o mercado na aplicação de ações mitigadoras. Para os países em desenvolvimento, especialmente aqueles de baixa emissão, poderiam ser proporcionados incentivos para continuar o seu desenvolvimento com baixa emissão.
8. Haverá acesso crescente dos países em desenvolvimento a fundos adequados, para aumentar ações de mitigação e reduzir o desmatamento e a degradação. Os recursos serão priorizados para os países mais vulneráveis, como as pequenas ilhas-Estado e a África. O compromisso coletivo dos países desenvolvidos é disponibilizar novos e adicionais recursos, inclusive florestas e investimentos por meio de instituições internacionais, de US\$ 30 bilhões para o período de 2010 e 2012, e US\$ 100 bilhões depois de 2020. Uma estrutura de governança com representação de países desenvolvidos e em desenvolvimento administrará a liberação das verbas, como o Fundo Verde Climático de Copenhague.
9. Um painel de alto nível será estabelecido sob a guia da COP para estudar as fontes potenciais de financiamento, de acordo com as metas de reduções.
10. O Fundo Verde Climático de Copenhague administrará a operação total dos mecanismos financeiros que darão suporte aos programas, projetos e políticas e outras atividades nos países em desenvolvimento relativos a mitigação, inclusive Redd +, adaptação climática e desenvolvimento e transferência de tecnologia.
11. De acordo com o aumento da ação para desenvolvimento e transferência de tecnologia, será estabelecido o mecanismo tecnológico para acelerar o desenvolvimento tecnológico e transferir o suporte para ações de mitigação, baseado nas circunstâncias e prioridades nacionais.
12. O assessoramento para a implementação deste acordo será completado em 2015, com a inclusão, à luz do resultado da convenção, de considerações a respeito de metas de longo prazo, referentes a assuntos apresentados pela ciência, como o crescimento de 1,5° C na temperatura.

18 de dezembro de 2009

## DEPOIMENTOS DOS LÍDERES

### BAN KI-MOON

Secretário Geral das Nações Unidas

“Apesar de não ser tudo o que todos esperavam, o acordo é “um começo importante, que precisa ser transformado em um tratado com valor legal no próximo ano.”

### YVO DE BOER

Secretário Executivo do  
Quadro de Mudança Climática

“Temos que ser honestos sobre o que temos. O acordo ficou aquém das expectativas, as ambições precisam subir se queremos manter o mundo a 2°C. É preciso transformar o documento em algo real, mensurável e verificável. Tentaremos um acordo obrigatório com valor legal na próxima COP”.

### LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Brasil

“Confesso que estou um pouco frustrado (...). Se for necessário fazer um sacrifício a mais, colocamos dinheiro para ajudar outros países. Não viemos barganhar. As nossas metas não precisam de dinheiro externo, iremos fazer com nossos recursos”.

### BARACK OBAMA

EUA

“Não é suficiente para combater a ameaça da mudança climática, mas é um primeiro passo importante”

### JOSÉ MANUEL DURÃO BARROSO

Comissão Europeia

“O texto da COP-15 é melhor que nada, mas não escondo meu desapontamento em relação à sua natureza não vinculante”.

### MANMOHAN SINGH

Índia

“Admitimos que os mais afetados pela mudança climática são os menos responsáveis por ela. Qualquer coisa que surgir das nossas negociações deve atender a esta flagrante injustiça com países menos desenvolvidos, como os da África e os pequenos Estados insulares, cuja sobrevivência como nações viáveis está ameaçada”.

### WEN JIABAO

China

“Qualquer que seja o resultado que esta conferência produzir, estaremos plenamente comprometidos em alcançar e até superar essa meta”.

### YUKIO HATOYAMA

Japão

“A questão é uma discrepância aparentemente insuperável entre a China, de um lado, e a União Europeia, os Estados Unidos e o Japão de outro”.

### GORDON BROWN

Grã-Bretanha

“Há grandes questões, mas as diferenças não são fundamentais. Isso exige algum esforço por parte de todas as pessoas. Seria correto apresentarmos algumas propostas sobre como podemos avançar, mas esta não é a hora certa para tal”

### MAHMOUD AHMADINEJAD

Irã

“Achamos que o meio ambiente é a maior bênção de Deus aos seres humanos (...). Se alguém corta uma árvore sem razão, é como se cortasse a asa de um anjo. Se alguém polui o meio ambiente, comete um pecado”.

### LUMUMBA STANILASAS DIA-PING

Delegado Sudanês e Presidente do G77 (130 países em desenvolvimento).

“O ‘pré-acordo’ fechado nesta sexta-feira foi o ‘pior da história”.

### NICOLAS SARKOZY

França

“O que bloqueia? Um país como a China, com problemas em aceitar a ideia de um órgão de monitoramento para os cortes de emissões. A Índia com problemas em aceitar a limitação das suas emissões de carbono. A Europa está completamente unida. Grande parte da África concorda conosco. Os Estados Unidos estão próximos da nossa posição”.